

CONTRATO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS – 30%

CONTRATANTE: Ananias Manoel da Silva
brasileiro, estado civil solteiro, profissão vendedor, inscrito(a) no Cadastro de Pessoas Físicas da Ministério da Fazenda (CPF/MF) sob o n.º 792.498.844-00, portador(a) do RG n.º 004.252.726 ITEPI/RN residente e domiciliado(a) R. Dom Helder Câmara, 1566, Belo Horizonte, Mossoró/RN Telefones: _____

CONTRATADO: Nome: Leonardo Mike Silva Pereira, brasileiro(a) estado civil: solteiro Profissão: advogado, inscrito na OAB/RN sob o número 10.615, com endereço profissional à rua Desembargador Dionísio Filgueira n.º 419 bairro Centro, município: Mossoró, RN

AS PARTES ACIMA IDENTIFICADAS TÊM, ENTRE SI, COMO JUSTO E CONTRATADO O PRESENTE CONTRATO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS, QUE SE REGERÁ PELAS CLÁUSULAS SEGUINTE E PELAS CONDIÇÕES DESCRITAS NO PRESENTE.

I - DO OBJETO DO CONTRATO E DA RESPONSABILIDADE

Cláusula 1ª. O presente instrumento tem como OBJETO a prestação de serviços advocatícios, para a propositura de **AÇÃO DE COBRANÇA DO SEGURO DPVAT**.

a) A RESPONSABILIDADE SOBRE A VERACIDADE DOS DOCUMENTOS FORNECIDOS AO CONTRATADO PARA QUE ESTE REALIZE TODOS OS ATOS ATINENTES A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ADVOCATÍCIOS, É INTEIRA E EXCLUSIVAMENTE DO(A) CONTRATANTE.

II - DAS ATIVIDADES

Cláusula 2ª. As atividades inclusas na prestação de serviço objeto deste instrumento, são todas aquelas inerentes à profissão, quais sejam:

- b) Praticar quaisquer atos e medidas necessárias e inerentes à causa, em todas as repartições públicas da União, dos Estados ou dos Municípios, bem como órgãos a estes ligados direta ou indiretamente, seja por delegação, concessão ou outros meios, bem como de estabelecimentos particulares.
- c) Praticar todos os atos inerentes ao exercício da advocacia e aqueles constantes no Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil, bem como os especificados no Instrumento Procuratório.

III - DAS DESPESAS

Cláusula 3ª. As custas processuais e extrajudiciais que se fizerem necessárias ao ajuizamento da ação e ao recebimento do crédito, tais como custas do processo junto à Justiça Federal (1% - um por cento - do valor requerido) e/ou junto à Justiça Estadual (valor apurado conforme Tabela de Custas Judiciais); custas de reconhecimento de firma nos documentos necessários e autenticações quando estas se fizerem necessárias; custas de perícia contábil necessária ao cálculo do crédito; custas de oficial de justiça, etc., serão suportadas exclusivamente pelo(a) **CONTRATANTE**.

IV - DOS HONORÁRIOS

Cláusula 5ª. O(A) **CONTRATANTE**, em caso de êxito na ação, obriga-se a pagar, a título de prestação de serviço, o valor correspondente ao percentual de **30% (trinta por cento)** sobre efetivo proveito econômico proveniente da Ação.

Cláusula 6ª. Havendo acordo entre o(a) **CONTRATANTE** e a parte **CONTRÁRIA**, não prejudicará o recebimento dos honorários contratados e da sucumbência, devendo ser contabilizado em face do efetivo proveito econômico ou êxito financeiro do **CONTRATANTE**, conforme exemplo supra.



Cláusula 7ª. Os honorários de sucumbência pertencem ao **CONTRATADO**.

Cláusula 8ª. As partes estabelecem que havendo atraso no pagamento dos honorários, serão cobrados juros de mora na proporção de 1% (um por cento) ao mês.

V - DA COBRANÇA

Cláusula 9ª. As partes acordam que facultará ao **CONTRATADO**, o direito de realizar a cobrança dos honorários por todos os meios admitidos em direito.

VI - DA RESCISÃO

Cláusula 10ª. Agindo o(a) **CONTRATANTE** de forma dolosa ou culposa em face do **CONTRATADO**, restará facultado a este, rescindir o contrato, substabelecendo sem reserva de iguais e se exonerando de todas as obrigações.

Cláusula 11ª. Fica estabelecida que em caso de **REVOGAÇÃO** infundada do instrumento procuratório, por parte do(a) **CONTRATANTE**, será devido ao **CONTRATADO** a título de honorários, por assessoria e consultoria jurídica, o mesmo percentual estipulado na cláusula 5ª do presente contrato.

Cláusula 12ª. Em caso de **DESISTÊNCIA** da ação, por parte do(a) **CONTRATANTE**, será devido ao **CONTRATADO** a título de honorários, por assessoria e consultoria jurídica, o percentual de 20% (dez por cento) do valor da ação.

Parágrafo Primeiro. O(A) **CONTRATANTE** deverá ainda, em caso de **DESISTÊNCIA**, ressarcir todas as despesas que o **CONTRATADO** obteve tais como: custas processuais e despesas com análise financeira.

VII - DO FORO

Cláusula 13ª. Para dirimir quaisquer controvérsias oriundas do **CONTRATO**, as partes elegem o foro da comarca de Mossoró/RN;

Por estarem assim justos e contratados, firmam o presente instrumento, em duas vias de igual teor, juntamente com 2 (duas) testemunhas.

Mossoró/RN, ____ de ____ de 20__.

x Anomias Manoel de Silva
CONTRATANTE

CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1) _____
RG: _____
CPF: _____
2) _____
RG: _____
CPF: _____



DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA FINANCEIRA

Eu Ananias Manoel da Silva brasileiro(a),
estado civil: solteiro Profissão: Vendedor portador(a) do RG
001.252.726, órgão expedidor: TEPI/RN e do CPF: 792.498.844-00 residente
no(a) R. Dom Helder Câmara nº 4566
bairro: Belô Horizonte município: Mossoró, RN
declaro que, em função de minha condição financeira, não tenho condições de arcar com o
pagamento das custas processuais, sob pena de implicar em prejuízo próprio e de minha família,
por isso requeiro os benefícios da assistência judiciária gratuita, nos termos do art. 5º, LXXIV, da
Constituição da República e da Lei nº 1.060/50.

Mossoró/RN, 22/11/2019
Local e Data

x Ananias Manoel da Silva
Assinatura do Outorgante



PROCURAÇÃO PARTICULAR

OUTORGANTE:

Nome: Ananias Manoel da Silva, brasileiro(a),
estado civil: solteiro Profissão: vendedor, portador(a) do RG
001.252.726, órgão expedidor ITEP/RN e do CPF: 792.498.844-00, residente
no(a) R. Dom Helder Câmara, nº 1566,
bairro: Belo Horizonte, município: Mossoró, RN.

OUTORGADO:

Nome: Leonardo Mike Silva Pereira, brasileiro(a)
estado civil: solteiro Profissão: advogado, inscrito na OAB/RN sob o
número 10.615, com endereço profissional à rua
Desembargador Dionísio Filgueira, nº 419,
bairro Centro, município: Mossoró, RN.

PODERES: pelo presente instrumento particular de procuração, o(a) outorgante nomeia e constitui seu bastante procurador o outorgado, para o fim especial de agir judicialmente e administrativamente, promovendo quaisquer medidas judiciais e administrativas necessárias a garantia dos direitos e interesses do(a) outorgante, propondo as ações que julgar convenientes, defende-lo(a) nas que porventura por ele lhe sejam propostas, para o que lhe confere os mais amplos e ilimitados poderes da cláusula "ad judicia et extra" para o fórum em geral, podendo ainda seu dito advogado transigir, confessar, desistir, fazer acordos, endossar cheques, retirar alvarás e oferecer todos os recursos em direito admitidos, em qualquer instância ou foro, receber e dar quitação, firmar compromisso, bem como substabelecer com ou sem reserva e ainda, requerer os benefícios da assistência judiciária gratuita nos termos da Lei 1.060/50 e 7.115/93. Deixando estipulado neste documento, contrato de risco com o Outorgante que, em caso de êxito, serão pagos a título de honorários advocatícios 30 % (trinta por cento) do valor recuperado. Em caso de pagamento de custas pelo Outorgado os valores serão descontados do êxito e reembolsados pelo Outorgante.

Obs.: É de responsabilidade do outorgante a veracidade das informações e documentos apresentados e disponibilizados ao outorgado.

Mossoró/RN, 22/11/2019
Local e Data

Ananias Manoel da Silva
Assinatura do Outorgante



TERMO DE RESPONSABILIDADE SOBRE O FORNECIMENTO DE DOCUMENTOS

Eu Ananias Manoel da Silva brasileiro(a),
estado civil: solteiro profissão: vendedor portador(a) do RG
001.252.726 órgão expedidor ITEP/RN e do CPF 792.498.844-00 residente
no(a) R. Dom Helder Câmara nº 1566
bairro: Belo Horizonte município: Mossoró RN
CIP. _____ telefone _____

declaro, sob as penas da lei, que todos os documentos fornecidos ao advogado por mim
constituído para me representar na Ação de Cobrança do Seguro DPVAT, tais como, documentos
pessoais, declarações, Boletim de Ocorrência, documentos médicos, etc., são verdadeiros, e
me comprometo a responder por todos e quaisquer fatos atinentes aos mesmos na forma da
Lei.

Mossoró /RN, 22 de Novembro de 2019.

+Ananias Manoel da Silva
Assinatura



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA SAÚDE
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSPORTES
SECRETARIA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

NOME: ANANIAS MANOEL DA SILVA

DOC. IDENTIDADE / OUT. EMISSOR / UF: 001252726 IZEP RN

CPF: 792.498.844-00 DATA NASCIMENTO: 05/01/1967

FILIAÇÃO: RAIMUNDO MANOEL DA SILVA

MARIA MACARIA DA CONCEIÇÃO

PERMISSÃO: 05789403693 VALIDADE: 03/10/2021 DATA EMISSÃO: 06/02/2018

OBSERVAÇÕES: A: X

Assinatura do Portador: Ananias Manoel da Silva

LOCAL: MOSSORÓ, RN DATA EMISSÃO: 06/02/2018

LUIZ EDUARDO MACHADO PEREIRA
Diretor Geral - Detran/RN 82115093541
Assinatura do Diretor: 28702779647

RIO GRANDE DO NORTE

PROIBIDO PLASTIFICAR

VÁLIDA EM TODOS
OS TERRITÓRIOS NACIONAIS

1487128657

PREFEITURA MUNICIPAL DE MOSSORÓ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE MARCOS RAIMUNDO COSTA

DECLARAÇÃO DE COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA

Declaro, para os fins que se fizerem necessários que o Sr(a) Ananias Manoel da Silva é cadastrado (a) nesta unidade sob o número do prontuário 10601076 Cartão Nacional do SUS 700.308948.309430

Endereço Dom Helder Camaro nº 1566 Belo Horizonte

CEP 59600445

Mossoró-RN 27 de março 2018.

UNIDADE DE SAÚDE DE SAÚDE DA FAMÍLIA (UBASF)
BAIRRO: BELO HORIZONTE, S/N
MOSSORÓ - RN

27 MAI 2018
ARJANA SECRETARIA



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL - SESED
DELEGACIA GERAL DE POLÍCIA CIVIL - DEGEPO
2ª DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA CIVIL – 2ª DRPC
Segunda Delegacia de Polícia Civil de Mossoró RN
Rua Camilo Paula, s/n, Nova Betânia, nesta cidade

BOLETIM DE OCORRÊNCIA Nº 245/2018

NATUREZA DA OCORRÊNCIA: Acidente de trânsito

Data: 25/03/2018, por volta das 07:00 hs

Local: no Trevo do Santa Delmira, Mossoró/RN

DADOS DO COMUNICANTE

Ananias Manoel da Silva, solteiro, vendedor de sal, natural de Mossoró/RN, nascido em 05/01/1967, filho de Raimundo Manoel da Silva e Maria Macaria da Conceicao, residente na Rua Dom Helder Camara, 1566, Belo Horizonte, Mossoró/RN

HISTÓRICO DA OCORRÊNCIA

O(a) comunicante compareceu nesta Delegacia informando que conduzia a motocicleta HONDA CG 125 FAN ES, de placa NNQ9809, CHASSI 9C2JC4120AR039576, que está nome de Francisco das Chagas Silva, quando ao fazer uma rotatória, um carro que estava a sua frente freou rapidamente; QUE não deu tempo o comunicante frear a moto e chegou a colidir na traseira do carro; QUE não se recorda qual era o modelo do carro, somente sabendo que a cor do veículo era verde; QUE o próprio comunicante pegou sua moto e logo foi até o Hospital Regional Tarcísio Maia, onde recebeu atendimento. Nada mais disse.

OUTRAS INFORMAÇÕES

Testemunha:

Registrado na cidade de Mossoró/ RN

Ananias Manoel da Silva
- Comunicante

26/03/2018, às 16:40 horas

Isadora Maria Soares Gomes
Escritor de Polícia Civil
Matr.: 207.400-1

ARUANA REQUINADORA
21 MAI 2018





SESAP/RN - HOSPITAL REG. TARCÍSIO DE VASCONCELOS MAIA

BOLETIM DE ATENDIMENTO Nº 7072 /2018

Admissão: 25/03/2018 07:01:00

OK

CIRURGIA GERAL - AMARELO

Paciente: 6667 - ANANIAS MANOEL DA SILVA (51 a 2 m 20 d)

Nascimento: 05/01/1967

Natural: MOSSORO, BRASIL

Sexo: M Cor: PARDA

CNS: 700308948309430

CPF: 79249884400

Prof:

Mãe: MACARIA MARIA DA SILVA

Pai: RAIMUNDO MANOEL DA SILVA

Logradouro: DOM HELDER CAMARA, 1566

CEP: 59600445

Bairro: BELO HORIZONTE

Cidade: MOSSORO

Telefone: 84.91197766 84 91197766

Compl:

Motivo (alegado pelo paciente): COLISAO - MOTOQUEIRO

Tipo: NÃO REGULADO

Origem: FAMILIA

*Empresa:

OBS:					Classificação: 25/03/2018 06:54:55			PESO: •	
HORA	P.A.	HGT	SatO2	FIO2	F.R.	F.C.	TEMP.	Glasgow	RTS

HISTÓRIA - EXAME FÍSICO

Queixas: LACERAÇÃO EM PÉ D

Hora: _____

T4 - LACERAÇÃO EM PÉ D

C7 - LACERAÇÃO EM PÉ D

HOSPITAL REGIONAL TARCÍSIO MAIA
ESTÁ CONFORME O ORIGINAL
SAME MOSSORÓ 26/03/2018
BHO
SAME/ARQUIVO

Diagn. Inicial:

T4 - LACERAÇÃO EM PÉ D

PRESCRIÇÃO:	VIA	HORÁRIO	ASSINT.
1) Afetado 10 g		7.00	
2) LACERAÇÃO EM PÉ D			
3) T4 - LACERAÇÃO EM PÉ D		7.20	
4) LACERAÇÃO EM PÉ D			

*Saída: - () Alta por decisão médica; () Internação; () Enc. outro Serviço; () Evasão

Data: ___/___/18. Hr: ___:___ Ass. Médico: _____

*Gerado via SX por SONIA MARIA DA SILVA. Impresso em 25 de Março de 2018.



Assinado eletronicamente por: LEONARDO MIKE SILVA PEREIRA - 08/01/2020 12:13:58

https://pje1g.tjrn.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20010812135859000000050363593

Número do documento: 20010812135859000000050363593

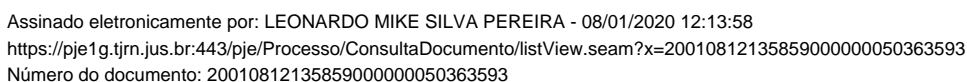
Num. 52202613 - Pág. 9



Residente Roney GARCIA, F.
Ortopedia e Traumatologia
Clínica de Ortopedia e Coloproctologia
CRM-RN 6786 / FECT 14263

HOSPITAL REGIONAL DE
ESTÁ CONFORME O ORIGINAL
SAME MOSSORÓ 26032018
BIM

SAME/ARQUIVO





PREFEITURA MUNICIPAL DE
MOSSORÓ
SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE

RECEITUÁRIO

Marina Manoel

Re Uteral

O Teragene 10g — (caixa)

Tomas compr-

mido de 12/12 horas,

em caso de dor

Data: *30.07.18*

3315-4831 - Mossoró - RN

Ortopedia e Trauma

R. Medeiros

Rua Pedro Álvares Cabral, 01 - Aeroporto - Fone (84) 3315-4831 - Mossoró - RN



GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE PÚBLICA
HOSPITAL REGIONAL TARCÍSIO MAIA

700 30 89 4830 9430
Amarelo 21-

R

Ym

o Flom cap 500 dy
01 dy via dy
12111h por 05 div

Relatório de Exames
Ortopedia e Traumatologia
Cirurgia do Ombro e Cotovelo
Cirurgia de Mão e Punho

1504106



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL MINISTÉRIO DAS CIDADES			
DETRAN - RN		Nº 014241967880	
CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULO			
VIA	COD. RENAVAM	R.A.C.T.D.	EXERCÍCIO
1	00182373517		2018
NOME			
FRANCISCO DAS CHAGAS SILVA			
CPF / CNPJ		PLACA	
336.690.074-15		NNQ9809	
PLACA ANT. / UF		CHASSI	
NNQ9809 / RN		9C2JC4120AR039576	
ESPÉCIE TIPO		COMBUSTÍVEL	
PASSAGEIRO/MOTOCICLETA/NAO APLICAVE		GASOLINA	
MARCA / MODELO		ANO FAB. / ANO MOD.	
HONDA/CG 125 FAN ES		2009 / 2010	
CAP. POT. OIL	CATEGORIA	COR PREDOMINANTE	
OCV/124 CILINDRADAS	PARTICULAR	PRETA	
COTA ÚNICA		VENG. COTA ÚNICA	VENG. COTAS
R\$ 0.00		09/07/2018	1ª PAGO
PAGA L.R.V.A.		PARCELAMENTO / COTAS	2ª PAGO
A 002843 3X		R\$ *****	3ª PAGO
PRÊMIO TARIFÁRIO (R\$)		IOF (R\$)	PRÊMIO TOTAL (R\$)
*** LICENCIAMENTO DETRAN: PAGO ***		DATA DE PAGAMENTO	
OBSERVAÇÕES			
RES. DOM. EM FAVOR DE: 10.293.191/0001-80			
CASA DAS MOTOCICLETAS LTDA - ME			
MOTOR: JC1E2A039576			
ACARIL/RN		DATA	
		18/02/2019	

SEGURO OBRIGATORIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEICULOS AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE - OU POR SUA CARGA, A PESSOAS TRANSPORTADAS OU NÃO - SEGURO DPVAT			
RN Nº 014241967880		BILHETE DE SEGURO DPVAT	
ESTE É O SEU BILHETE DO SEGURO DPVAT PARA MAIS INFORMAÇÕES, LEIA NO VERSO AS CONDIÇÕES GERAIS DE COBERTURA			
www.seguradoralider.com.br			
SAC DPVAT 0800 022 1204			
VIA	CPF / CNPJ	PLACA	EXERCÍCIO
1	336.690.074-15	NNQ9809	2018
RENAVAM	MARCA / MODELO	ANO FAB.	DATA EMISSÃO
00182373517	HONDA/CG 125 FAN ES	2009	18/02/2019
CHASSI	ANO MOD.	PRÊMIO TARIFÁRIO	
9C2JC4120AR039576	2010	FNS (R\$)	
CUSTO DO BILHETE (R\$)		IOF (R\$)	TOTAL A SER COBRADO (R\$)
COTA ÚNICA		PARCELADO	DATA DE COTAÇÃO
SEGURODORA LÍDER - DPVAT			
CNPJ 09.245.808/0001-04			

ARUANA SEGURODORA
21 MAI 2019



Assinado eletronicamente por: LEONARDO MIKE SILVA PEREIRA - 08/01/2020 12:13:58

<https://pje1g.trn.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20010812135859000000050363593>

Número do documento: 20010812135859000000050363593



(1)



Buscar no site

A
COMPANHIASEGURO
DPVATPONTOS DE ATENDIMENTO (/Pontos-de-
Atendimento)CENTRO DE DADOS E
ESTATÍSTICASSALA DE
IMPrensaTRABALHE
CONOSCO

CONTATO

Seguro DPVAT

Acompanhe o Processo de Indenização

Nova Consulta

Todos os documentos apresentados, não importando o ponto de atendimento escolhido para a entrega, são encaminhados dias a contar da data de entrega da documentação completa.

SINISTRO 3190335816 - Resultado de consulta por beneficiário

VÍTIMA ANANIAS MANOEL DA SILVA

COBERTURA Invalidez



PONTO DE ATENDIMENTO RECEPTOR DO PEDIDO DE INDENIZAÇÃO ARUANA SEGURADORA S/A

BENEFICIÁRIO ANANIAS MANOEL DA SILVA

CPF/CNPJ: 79249884400

Posição em 22-11-2019 16:13:18

O pedido de indenização do Seguro DPVAT foi negado, conforme carta enviada para o beneficiário.

Histórico das correspondências enviadas		
Data da Carta	Referência	Ver Carta
27/05/2019	PEDIDO DO SEGURO DPVAT NEGADO	 (https://sisdpvatdocs.seguradoralider.com.br:8443/api/file/download/qnIGmIYWNygcjmj5vYX5YPQ==api_key=QQnlz67zcRTIHfCuBYpn4OibFBxhXgnXxiNMh8m1kUY=)
23/05/2019	ABERTURA DE PEDIDO DE SEGURO DPVAT	 (https://sisdpvatdocs.seguradoralider.com.br:8443/api/file/download/gDkZmQCtn+FuRefrKf9dFQ:api_key=QQnlz67zcRTIHfCuBYpn4OibFBxhXgnXxiNMh8m1kUY=)

Baixe o aplicativo do Seguro DPVAT





(https://itunes.apple.com/us/app/seguro-dpvat/id1375178092?l=pt&ls=1&mt=8)



(https://play.google.com/store/apps/details?id=br.com.seguradoralider.dpvat.plataformadigital)

ACESSIBILIDADE



(/Pages/Acessibilidade.aspx)



(/Pages/Atalhos-de-Teclado.aspx)

A A A

COMO PEDIR INDENIZAÇÃO

Documentos Despesas Médicas (/Pages/Documentacao-Despesas-Medicas.aspx)

Documentos Invalidez Permanente (/Pages/Documentacao-Invalidez-Permanente.aspx)

Documentos Morte (/Pages/Documentacao-Morte.aspx)

Dicas Indispensáveis (/Pages/Dicas-Indispensaveis-Para-Pedir-a-Indenizacao.aspx)

PAGUE SEGURO

Como Pagar (/Pages/Saiba-como-pagar.aspx)

Consulta a Pagamentos Efetuados (/Pages/Consulta-a-Pagamentos-Efetutados.aspx)

ACOMPANHE O PROCESSO

Clique aqui para saber sobre o andamento do seu pedido de indenização. (/Pages/Acompanhe-o-Processo-de-Indenizacao.aspx)

(https://www.seguradoralider.com.br)

Serviços

- › Acompanhe seu Processo (/Pages/Acompanhe-o-Processo-de-Indenizacao.aspx)
- › Consulta a Pagamentos (/Pages/Consulta-a-Pagamentos-Efetutados.aspx)
- › Saiba Como Pagar (/Pages/Saiba-como-pagar.aspx)
- › Pontos de Atendimento (/Pontos-de-Atendimento)
- › Como Pedir Indenização (/Seguro-DPVAT/Como-Pedir-Indenizacao)

Dúvidas e Respostas

- › A Seguradora Líder-DPVAT (/Pages/Quem-Somos.aspx)
- › Sobre o Seguro DPVAT (/Pages/Sobre-o-Seguro-DPVAT.aspx)
- › Informações Gerais (/Pages/Informacoes-Gerais-Sobre-o-Pagamento.aspx)
- › Dicas Indispensáveis (/Pages/Dicas-Indispensaveis-Para-Pedir-a-Indenizacao.aspx)
- › Dicionário do Seguro DPVAT (/Seguro-DPVAT/Dicionario-do-Seguro-DPVAT)
- › Perguntas Frequentes (/Seguro-DPVAT/Perguntas%20Frequentes)

Atendimento

- › Chat - Atendimento On-line (/Contato/Chat-e-Atendimento-On-Line)
- › Dúvidas, Reclamações e Sugestões (/Contato/Duvidas-Reclamacoes-e-Sugestoes)
- › Telefones de Contato (/Contato/telefonos-de-contato)
- › Ouvidoria (/Contato/Ouvidoria)
- › Canal de Denúncias (/Contato/canal-de-Denuncias)
- › Mapa do Site (/Mapa-do-Site)



22/11/2019

Seguradora Líder-DPVAT Acompanhe o Processo

› Consumidor.gov (<https://www.consumidor.gov.br/pages/principal/?1556814921288>)

[Termos de uso e política de privacidade \(/Pages/Termos-de-Uso.aspx\)](#)





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
6ª Vara Cível da Comarca de Mossoró
Alameda das Carinaubeiras, 355, Presidente Costa e Silva, MOSSORÓ - RN - CEP: 59625-410

[Seguro obrigatório - DPVAT]

PROCESSO Nº 0800162-40.2020.8.20.5106

DESPACHO

Considerando a presunção relativa de insuficiência financeira formulada pela pessoa natural (art. 99, § 3º, CPC/15), e tendo em vista que tal afirmação não é incompatível com os fatos narrados e provas produzidas nos autos, concedo à parte autora o benefício da gratuidade judiciária.

À luz do princípio da celeridade e economia processual, incumbindo-nos adotar providências para que o processo tramite com mais agilidade, evitando-se a realização de atos processuais inúteis e improdutivos, bem ainda consoante o que preconiza o Enunciado nº 35 da ENFAM, “além das situações em que a flexibilização do procedimento é autorizada pelo art. 139,VI do CPC/2015, pode o juiz, de ofício, preservada a previsibilidade do rito, adaptá-lo às especificidades da causa, observadas as garantias fundamentais do processo”, determino a citação da parte ré, com as advertências legais, de todos os termos da inicial e documentos que ora a acompanham, a fim de que, no prazo de 15(quinze) dias, querendo, apresente resposta, por meio de advogado, sob pena de serem considerados verdadeiros os fatos aduzidos na inicial, devendo, acaso pretenda a realização de perícia técnica, apresentar quesitos, bem ainda indicar o assistente.

Apresentada tempestivamente contestação, intime-se a parte autora para, com relação a esta e no prazo de 15 dias, sob pena de preclusão, dizer sobre as preliminares/documentos que eventualmente tenham sido levantadas/juntados à resposta, bem ainda, acaso requerida a realização de perícia, apresentar, caso ainda não o tenha feito, quesitos e assistente técnico.

Requerida a realização de perícia na contestação, dou por deferida(CPC, art. 381,II) a produção da referida prova, devendo os presentes autos serem encaminhados ao CEJUSC, através do fluxo “PJE CEJUSC DPVAT”, para os colimados fins.

Perfectibilizada a perícia, apresentado, na ocasião, o laudo pelo perito, devem ser, de pronto, intimadas as partes para, no prazo comum de 15(quinze) dias, manifestarem-se sobre o laudo, sob pena de preclusão, bem ainda, querendo, apresentarem acordo a ser homologado por este juízo ou manifestarem, expressamente, desinteresse na conciliação.

Manifestando as partes interesse na autocomposição, designe-se audiência de conciliação.

Ao revés, manifestando quaisquer das partes expressamente desinteresse em conciliar devem os presentes serem remetidos à unidade jurisdicional de origem.



Havendo interesse de pessoa incapaz(CPC, art. 178, II), dê-vista ao Representante do Ministério Público, pelo prazo de 05(cinco) dias.

Adotadas as supra-expostas providências, voltem-nos conclusos.

Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.

Mossoró/RN, 14 de janeiro de 2020.

UEFLA FERNANDA DUARTE FERNANDES

Juíza de Direito em Substituição Legal





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
6ª Vara Cível da Comarca de Mossoró
Alameda das Carinaubeiras, 355, Presidente Costa e Silva, MOSSORÓ - RN - CEP: 59625-410

[Seguro obrigatório - DPVAT]

PROCESSO Nº 0800162-40.2020.8.20.5106

DESPACHO

Considerando a presunção relativa de insuficiência financeira formulada pela pessoa natural (art. 99, § 3º, CPC/15), e tendo em vista que tal afirmação não é incompatível com os fatos narrados e provas produzidas nos autos, concedo à parte autora o benefício da gratuidade judiciária.

À luz do princípio da celeridade e economia processual, incumbindo-nos adotar providências para que o processo tramite com mais agilidade, evitando-se a realização de atos processuais inúteis e improdutivos, bem ainda consoante o que preconiza o Enunciado nº 35 da ENFAM, “além das situações em que a flexibilização do procedimento é autorizada pelo art. 139,VI do CPC/2015, pode o juiz, de ofício, preservada a previsibilidade do rito, adaptá-lo às especificidades da causa, observadas as garantias fundamentais do processo”, determino a citação da parte ré, com as advertências legais, de todos os termos da inicial e documentos que ora a acompanham, a fim de que, no prazo de 15(quinze) dias, querendo, apresente resposta, por meio de advogado, sob pena de serem considerados verdadeiros os fatos aduzidos na inicial, devendo, acaso pretenda a realização de perícia técnica, apresentar quesitos, bem ainda indicar o assistente.

Apresentada tempestivamente contestação, intime-se a parte autora para, com relação a esta e no prazo de 15 dias, sob pena de preclusão, dizer sobre as preliminares/documentos que eventualmente tenham sido levantadas/juntados à resposta, bem ainda, acaso requerida a realização de perícia, apresentar, caso ainda não o tenha feito, quesitos e assistente técnico.

Requerida a realização de perícia na contestação, dou por deferida(CPC, art. 381,II) a produção da referida prova, devendo os presentes autos serem encaminhados ao CEJUSC, através do fluxo “PJE CEJUSC DPVAT”, para os colimados fins.

Perfectibilizada a perícia, apresentado, na ocasião, o laudo pelo perito, devem ser, de pronto, intimadas as partes para, no prazo comum de 15(quinze) dias, manifestarem-se sobre o laudo, sob pena de preclusão, bem ainda, querendo, apresentarem acordo a ser homologado por este juízo ou manifestarem, expressamente, desinteresse na conciliação.

Manifestando as partes interesse na autocomposição, designe-se audiência de conciliação.

Ao revés, manifestando quaisquer das partes expressamente desinteresse em conciliar devem os presentes serem remetidos à unidade jurisdicional de origem.



Havendo interesse de pessoa incapaz(CPC, art. 178, II), dê-vista ao Representante do Ministério Público, pelo prazo de 05(cinco) dias.

Adotadas as supra-expostas providências, voltem-nos conclusos.

Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.

Mossoró/RN, 14 de janeiro de 2020.

UEFLA FERNANDA DUARTE FERNANDES

Juíza de Direito em Substituição Legal

